pela decisão recorrida, bastando-se com a circunstância de já terem decorrido a essa data mais de dois anos sobre a sua maioridade».

E deve, ainda, considerar-se que não era exigível ao recorrente que — conforme sugerido pelo Ministério Público (em alternativa a uma propositura anterior da acção) — satisfizesse um hipotético ónus de «alegar e provar factos que tornassem a propositura ‘tardia’ da acção desculpável ou justificável» (como o desconhecimento, sem culpa, da identidade do progenitor, ou obstáculos práticos ou «sociais» a essa propositura). Para além de se não encontrar fundamento legal para este ónus (ou, sequer, uma definição dos seus precisos termos), tais alegação e prova eram absolutamente irrelevantes nos termos do quadro legal vigente, resultante do artigo 1817.º do Código Civil — embora os referidos elementos possam, eventualmente, relevar no quadro de um juízo de conformidade constitucional de um outro regime jurídico —, não lhes tendo, pois, sido atribuída também relevância decisiva pelas instâncias.

Há, pois, que negar provimento ao presente recurso.

III — **Decisão.** — Com estes fundamentos, o Tribunal Constitucional decide negar provimento ao presente recurso para o plenário.

Custas pelo recorrente para o plenário, com 20 unidades de conta de taxa de justiça.

Lisboa, 12 de Janeiro de 2005. — *Paulo Mota Pinto — Maria João Antunes — Maria Fernanda Palma — Mário José de Araújo Torres — Vítor Gomes — Benjamin Rodrigues — Rui Manuel Moura Ramos — Gil Galvão — Maria Helena Brito — Carlos Pamplona de Oliveira* (Vencido. Teria concedido provimento ao recurso pelas razões que sustentam a jurisprudência anterior, designadamente os Acórdãos n.ºs 500/99 e 525/2003, para os quais remeto.) — *Bravo Serra* (Vencido. Revogaria o acórdão ora recorrido pelas razões aduzidas em anteriores arestos deste Tribunal, designadamente os Acórdãos n.ºs 413/89, 370/91, 311/95 e 506/99, alguns dos quais subscrevi.) — *Maria dos Prazeres Pizarro Beleza* [Vencida. Concederia provimento ao recurso tendo em conta que, tratando-se de um processo de fiscalização concreta da constitucionalidade, o Tribunal não está impedido de considerar o prazo decorrido entre a data em que o investigador atingiu a maioridade e a data da propositura da acção de investigação, nos termos e pelos fundamentos constantes do Acórdão n.º 451/89 (*Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Setembro de 1989), para o qual remeti no Acórdão n.º 525/2003.] — *Artur Maurício*.

Nota. — O Acórdão n.º 486/2004, confirmado pelo presente acórdão, n.º 11/2005, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 18 de Fevereiro de 2005, a pp. 2456 e segs. — O assessor do Tribunal Constitucional, *António Duarte Silva*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho n.º 5939/2005 (2.ª série). — Em acto preliminar da sessão de 23 de Fevereiro de 2005 nos termos do artigo 25.º do Regulamento Eleitoral, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 26 de Outubro de 1998, o Conselho Superior do Ministério Público procedeu à verificação dos poderes dos seus membros, eleitos em 6 de Janeiro de 2005, passando a ter a seguinte composição:

Presidente — Procurador-Geral da República, Dr. José Adriano Machado Souto de Moura.

Vogais:

Procuradores-gerais distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, Drs. João Dias Borges, Arménio Augusto Malheiro de Castro Sottomayor, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão.

Procurador-geral adjunto, Dr. João Manuel Cabral Tavares. Procuradores da República, Drs. João António Gonçalves Fernandes Rato e Helena Cecília Alves Vera Cruz Pinto.

Procuradores-adjuntos — Drs. Aurora Rosa Salvador Rodrigues, José Manuel Martins Leite Rainho, Paulo Eduardo Afonso Gonçalves e José Mário Nogueira da Costa.

9 de Março de 2005. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 513/2005. — Por despacho de 17 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado Paulo Alexandre de Moura Casas — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, assistente do 1.º triénio em regime de exclusividade para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 100.

1 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 514/2005. — Por despachos de 25 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Paula Isabel dos Santos Cordeiro — autorizada a renovação do contrato como assistente do 2.º triénio em regime de exclusividade para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de três anos, com início em 1 de Março de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 140.

Mestre Nuno Rodrigo Cidraes Vieira — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 1.º triénio em regime de exclusividade para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 100.

Mestre Ana Paula Dias Pinheiro Moreira — autorizada a renovação do contrato como equiparada a professora-adjunta em regime de exclusividade para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 27 de Fevereiro de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

Doutor António Carlos Pestana Fragoso de Almeida — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto em regime de exclusividade para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Maio de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

Licenciada Ana Filipa Cristiano Cerol Santos Martins — autorizada a renovação do contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio em regime de exclusividade para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 100.

Mestre Catherine Marie Simonot — autorizada a renovação do contrato como equiparada a professora-adjunta em regime de exclusividade para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 10 de Março de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

Mestre Ana Rita Silva de Serra Faria — autorizada a renovação do contrato como equiparada a professora-adjunta em regime de exclusividade para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Abril de 2005, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

2 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 5940/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 25 de Fevereiro de 2005:

Miguel Alexandre Dias — nomeado técnico superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve, precedendo concurso, com efeitos a partir da data da publicação da nomeação no *Diário da República*, auferindo a remuneração mensal ilíquida equivalente ao índice 460.

3 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 5941/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 1 de Março de 2005:

António Manuel Ramos Vaz — nomeado técnico superior principal, área jurídica, do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve, precedendo concurso, com efeitos a partir da data